

Tania C. Clémente de Souza

*A questão discursiva
e a elaboração de cartilhas
em línguas indígenas*

Universidade Federal Fluminense

Comunicação apresentada no Simpósio "Índios e não-Índios: uma interação desigual no limiar do século XXI" - UNICAMP, Brasil, agosto de 1991.

1. Introdução
2. O contexto histórico
3. A interação desigual
4. Conclusões

5. Referências

... a questão da educação indígena, por várias vezes, foi objeto de reflexão de linguistas e pessoas que atuam direta ou indiretamente com a educação de povos indígenas. (Cf. Méllia, 1979; Silva, 1981; Leite et alii, 1985; Orlandi, 1990, dentre outros).

A questão da educação indígena, por várias vezes, foi objeto de reflexão de linguistas e pessoas que atuam direta ou indiretamente com a educação de povos indígenas. (Cf. Méllia, 1979; Silva, 1981; Leite et alii, 1985; Orlandi, 1990, dentre outros).

Um dos problemas ao bom andamento da educação indígena é, segundo Leite et alii (idem), além do "conhecimento da língua materna e da cultura do grupo", o "despreparo" do pessoal contratado para desempenhar o papel de professor em área indígena. Já Méllia (idem), alerta para o uso de cartilhas em língua materna que não refletem a cultura do grupo e são vazias de conteúdo semântico.

O alerta de Méllia constituía uma de nossas preocupações básicas ao assessorarmos a eu e Yonfre Leite -, em 1982, a organização de uma cartilha e um livro de exercícios em língua Tapirapé. Durante um período aproximado de vinte dias estive na Aldeia Tapirapé ajudando na preparação das cartilhas. Aquela era a minha segunda estada com os Tapirapé. Tinha por objetivo, além do trabalho com a escola, a coleta de dados para complementar um estudo sobre a morfofonêmica Tapirapé. (Cf. Souza e Soares, 1982).

Em Leite et alii (idem), apresentamos um relato minucioso de todas as etapas e dos aspectos a serem considerados na elaboração de material didático em língua indígena. A esse relato junta-se a análise de alguns

1. Língua da família Tupi-guarani falada pelo povo Tapirapé que vive na Aldeia Tapirapé localizada às margens do rio Tapirapé, afluente do Rio Araguaia, nordeste do Mato Grosso, Brasil.

problemas surgidos com o uso do material na Escola Tapirapé. Embora a confecção da cartilha e do caderno de exercícios tenha sido elaborada com textos e ilustrações produzidos pelos monitores indígenas, os alunos Tapirapé estranharam o material. O estranhamento se relacionava a diferentes fatos. Às vezes era uma relação inadequada entre a ilustração e o nome utilizado para descrever o fato ilustrado²; outras vezes, era a ordem dos constituintes na sentença, etc. Como, dependendo do aluno, o motivo do estranhamento variava, ou seja, o que era estranhado por uns não o era por outros, avaliamos que muitos dos problemas eram decorrentes de fatores pragmáticos. A aceitabilidade ou não de algumas construções parecia variar em função do ponto de vista de cada aluno-leitor. Enfim, apesar de se ter procurado atender tanto aos aspectos linguísticos quanto aos sócios-culturais, o material Tapirapé não era aceito, com unanimidade pelos alunos Tapirapé.

É válido lembrar que todas as pessoas - linguistas e professores envolvidos na preparação do material eram estudiosas da língua Tapirapé. E todo o tempo contamos com o assessoramento de informantes nativos.

Cabe, então, indagar por que o material apresentava falhas, apesar do cuidado e da seriedade quando da sua organização (Cf. Leite et alii, para detalhes do processo).

Decorrido algum tempo desde essa experiência com a escola Tapirapé, reconheço que, na organização do material mencionado, perdeu-se de vista a dimensão do discurso. E esta me parece ser a razão principal para o estranhamento das cartilhas pelos Tapirapé: os textos das cartilhas, no espelhavam a concepção que os Tapirapé têm de sua língua enquanto processo discursivo.

A dimensão do discurso Tapirapé a que me refiro está estritamente relacionada ao modo como os Tapirapé organizam seu discurso. Em

3. Como aconteceu com o título, o texto e a ilustração da primeira lição da Unidade 1 - ka 'A roça'. O texto da respectiva unidade era constituído de uma única frase - xe ropy akapit 'Meu pai está derrubando a mata' - e a ilustração era um homem com um machado derrubando a mata onde será plantada a roça. A língua Tapirapé apresenta uma série de sufixos que especificam os nomes com relação ao tempo. Assim o nome ka 'roça' acrescido do sufixo -kwera 'ex' vai denominar o local onde já houve uma roça: kakwera 'a ex-roça'. Da mesma forma o sufixo -ryma 'futuro' vai denominar o que ainda será a roça: karyma 'a futura roça'. Portanto, o título da lição nunca poderia ser ka 'a roça', já que tanto o texto quanto a ilustração remetem não à coisa pronta, mas o que ainda poderá ser a roça. (Cf. Leite et alii).

trabalho anterior. (Souza, 1986), após analisar três textos Tapirapé - a descrição de uma foto, relato de uma caçada e a narrativa de uma lenda -, arrolei características importantes e fundamentais para a construção de todo e qualquer enunciado da língua em questão. Selecionei aqui alguns exemplos de como se organiza a descrição e o relato

Em primeiro lugar destaca-se a polifonia³ e a estrutura dialógica da língua. No Tapirapé, a estrutura polifônica permite que a dialogia fique explícita nas formas do dizer. No enunciado, estão presentes as marcas do eu, do tu e do outro, constitutivos de um mesmo discurso, o do(s) Tapirapé.

O modo como essas marcas existem é singular.

Na descrição da foto, por exemplo, o texto é estruturado em duas partes: uma primeira onde são indagados os "fatos" estampados na foto e uma segunda onde as perguntas aventadas são então respondidas. No texto descritivo Tapirapé, a estrutura dialógica se representa como diálogo. A realização do diálogo se dá por recortes instaurados pelos interlocutores. Mas, na língua Tapirapé, um só locutor assume as vozes dos possíveis participantes do diálogo.

Diferente do texto descritivo, o relato também tem uma estrutura dialógica, na qual as vozes de diferentes enunciadore(s) tomam parte.

Um enunciador primeiro (=E1) corresponde ao locutor. Este é responsável pelo relato como um todo e pela presença da expressão *kwee* 'fato atestado num passado recente' que acompanha todos os enunciados.

Em Tapirapé há marcas para se atestarem os fatos presentes e os fatos passados imediatos e remotos. É curioso notar que as marcas de fato atestado não ocorrem na descrição da foto. Os fatos da foto estão sendo vistos pela pessoa que a descreve, mas estes não foram vivenciados ou presenciados pelo locutor no momento em que eles se passaram.

3. Em Souza (1986) lidei com o conceito de polifonia oferecido por Ducrot (1980), segundo o qual uma interpretação polifônica de uma enunciação se caracteriza pelo fato de se poder atribuir o ato ilocucionário do enunciado de um locutor a um personagem diferente desse locutor. É um fato constante poder-se, durante um discurso, tirar conclusões a respeito de uma enunciação que não é própria, tomando-se, assim, um certo distanciamento ao se atribuir a responsabilidade a um enunciador estranho. De forma um tanto diferente do que nos apresenta Ducrot, é o modo de ser das estruturas polifônicas em Tapirapé. Em Tapirapé a polifonia não se coloca como mascaramento no sentido de distanciamento, de omissão. Ao contrário, no Tapirapé, a máscara instituída, com a polifonia significa identificação, reafirmação da identidade etno-social. (Cf. Souza, idem)

A remissão dessas marcas de atestação do dizer a um enunciador distinto se confirma quando num trecho como

1. ã?era *kwee* ã- pak
 então passado 1ap.-acordar
 atestado

'Então, logo acordei.' (atestado)

2. ã?era *kwee* ã- inop kãto: i- tse?ena
 1ap.-ouvir bem 3ap.- falar

'Aí, ouvi ela piando.' (atestado)

pode ser verificado que até os enunciados formulados na primeira pessoa do singular vêm acompanhados dessas marcas. Fato evidente, o locutor, responsável pelo relato como um todo, se constitui a partir de diferentes posições enunciativas: ora no lugar de quem relata, ora no lugar de um dos participantes da caçada, posição que lhe garante o direito de intervir no relato para atestar o que está sendo contado.

Tanto os enunciados formulados em primeira pessoa do singular quanto os formulados na primeira do plural representam as vozes de um enunciador diferente do locutor, correspondendo aquele a um enunciador (E=2) que representa todos os participantes da caçada.

Ainda a observar a estrutura desses dois textos - a descrição e o relato -, em ambos há a presença de duas marcas que têm por função instituir o espaço do tu; respectivamente, o espaço do interlocutor e do destinatário dos textos em questão.

Essas marcas são *tana* 'com certeza' e *pane* 'em vão'. Funcionam tanto como índices quanto como operadores discursivos.

A presença de *tana* 'com certeza' faz com que os fatos que vinham sendo indagados no texto descritivo venham a ser confirmados em seguida. Assim se constitui como índice, pre-anunciando a confirmação dos fatos. Logo, *tana* 'com certeza' promove o engajamento do destinatário na constituição do discurso, já que sua presença orienta para uma

conclusão positiva. É dado ao interlocutor ou ao destinatário o direito de antecipar os acontecimentos.

Quantô a *pane* 'em vão' podem ser tecidas considerações semelhantes: também funciona como índice e operador discursivo, mas de modo diferente. Enquanto *tana* orienta para uma conclusão positiva, *pane* estabelece uma asserção negativa sobre o fato clímax da narrativa. No relato da caçada, este representa o momento em que a onça se aproxima do grupo, descrito em

3.	ã?e	<i>kwee</i>	i- tori	<i>pāne</i>	areá - we
	aí	'passado	3ap. vir		1ap.pl. para

'Aí, à toa, ela veio em nossa direção.'

em que a presença de *pane* permite, de imediato, antecipar que a caçada não se concretizou, o que vem a ser confirmado no enunciado seguinte quando fica dito que o índio errou a flecha:

4.	ã?era	<i>kwee</i>	<i>tšawāratsowi</i>	i- iyawy
	então	'passado		3ap. errar
		próximo		
		presenciado		

i -	<i>nianakāta</i>	<i>aratše -wi</i>
3ap.	- afastar	1ap.pl. de

'Então, Xawāraxowi errou a flecha e a afastou de nós.'

5.	a?e	<i>ranō</i>	<i>ekwee</i>	ara- tši	ka
	aí	'também	'passado	1ap.	démonstra-
			próximo	pl. descer	tivo
			presenciado		

ara-	<i>tšata</i>	<i>ranō</i>
1ap.pl.	'chegar	também

'Então, também descemos de lá e voltamos pra cá de novo!'

O texto é finalizado e em nenhum momento são feitos comentários do tipo 'Não conseguimos caçar a onça'. Concluir que a caçada fracassou cabe àquele a quem se destina o relato. O operador *pane* constitui explicitamente o espaço do tu, relegando ao âmbito do implícito a conclusão do fato relatado. É mais do que nítida a forma pela qual a língua não só se revela dialógica, mas também efeito de sentido entre os interlocutores.

É nesse aspecto que parece residir uma das razões para justificar o estranhamento dos Tapirapé diante das cartilhas. O conceito de língua com o qual operávamos no momento da elaboração do material Tapirapé não era aquele oferecido pela Análise do Discurso. Lidávamos com a língua Tapirapé apenas enquanto sistema de formas segmentadas e classificadas. Decodificávamos todos os elementos -êmicos da língua, chegávamos à formação de palavra e de sentença. E o texto se colocava então enquanto frase complexa, ou melhor, soma de frases. Com isso, perdeu-se a dimensão discursiva, escapou-nos a dimensão dialógica - estrutura explícita de diálogo no texto discursivo e estrutura dialógica possível de explicitação no relato; escapou-nos também o processo de construção do sentido, partilhado pelo eu e pelo tu.

Enfim, a língua Tapirapé representava para nós um corpus em análise. Segundo Bakhtin (1977), a noção de corpus abrange uma prática reducionista com tendência a "reificar" a linguagem. "A reificação do elemento linguístico isolado substitui a dinâmica da fala." A fala se constitui como elemento abstrato, perde sua historicidade, isolada da enunciação. Ou seja, com a enunciação, (re)constitui-se o diálogo, já o corpo abstrato transforma as enunciações em monólogos.

Em Souza (1986), além da descrição da estrutura discursiva da língua Tapirapé, avantei ainda que as razões que explicariam por que a polifonia é a característica mais marcante da língua podiam ser buscadas na organização social do grupo. A sociedade Tapirapé (Cf. Baldus, 1970) se estrutura em grupos - grupo residencial, grupo de trabalho, grupo de comer - que previnem a sociedade de desequilíbrio econômico. A organização em grupos revela que a atuação e existência de um indivíduo está sempre vinculada à atuação e existência de outros indivíduos, promovendo a integração, o fortalecimento e a perpetuação do grupo enquanto organização social e enquanto povo.

Todas essas características parecem estar representadas no modo como os Tapirapé elaboram o seu discurso. A polifonia estaria para a

estruturação do discurso, assim como, a organização grupal estaria para a estruturação da sociedade. A organização social fica, assim, constituída na materialidade da língua. E o discurso Tapirapé ao recobrir a reversibilidade do social e da língua promove todo o tempo a identificação do índio com o outro na e pela língua, reafirmando, dessa forma, a identidade etno-social. Logo, a forma como os textos foram produzidos para a cartilha no espelha o modo de ser da língua Tapirapé, nem tampouco instaurava a identificação do índio com a sua língua, com seu universo.

... A cartilha do jeito como foi construída, sem ter sido levado em conta o discurso Tapirapé, uma vez que isolou a língua da sua constituição discursiva, da enunciação, acaba reduzida a um corpo físico. É, em parte, resultado da coleta de dados descontextualizados e, em parte, de dados averbados como 'bom' (ikâto) e 'no bom' (nikâtoi) pelo próprio índio. Para essa averbação, porém, não buscamos determinar a partir de que ponto de vista ela se instituiu; aqueles dados eram bons porque eram produzidos pelo não índio, ou porque eram produzidos pelo índio?

... Pela relação de confronto instaurada, histórica e socialmente, entre o pesquisador e o índio, aqueles dados deveriam ser bons porque eram construídos pelo não índio. Esta é uma forma de apagamento que, frequentemente, pode ser comprovada nas pesquisas das aldeias indígenas. Um apagamento que resulta de um jogo de dominação e poder, onde o índio se desapropria de sua própria língua, cedendo à apropriação pelo outro.

A cartilha é também um instrumento com mais de uma função.

Por um lado, instrumento de apagamento da língua indígena e esvaziado de sentido por diversas razões. Porque não remete a nada fora dela - no caso, o social - e porque, uma vez destituídas as enunciações, não se constitui em signo na sua dimensão ideológica e social. (Cf. Bakhtin, idem)

Por outro lado, a cartilha, muitas vezes, é tomada como documento de que a língua que ali está é viva, tem existência. Com esse documento, o índio pode requerer o reconhecimento de sua identidade enquanto índio junto aos órgãos governamentais, dado um dos critérios oficiais para a identificação do índio enquanto raça. Nesse caso a cartilha torna-se signo.

A falta de historicidade e o apagamento da dimensão social e ideológica vêm sendo atestados ao longo da história do contato e nos diferentes textos que se têm produzido sobre o índio e a língua indígena.

Num estudo minucioso desses aspectos, Orlandi (1990) aponta, dentre muitos, o modo caricatural como têm sido escritas as palavras em língua indígena. Diz a autora que "Escrever as palavras como elas soam é trabalhar sua imagem fora de sua história, de seu modo de existência".

Nesse contexto a-histórico é que também se colocam as cartilhas; tanto no plano da escrita quanto no plano do linguístico. Assim como as palavras são escritas independentes do seu modo de existência, a língua nas cartilhas parece desprovida da materialidade que a constitui enquanto espaço de representação e identificação. É a representação da identidade própria da língua que se perde, que é apagada: É a representação própria do índio que também se apaga, e o seu estranhamento diante de um texto que lhe é apresentado como escritura de sua língua, nada mais é do que o reflexo dessa falta de reconhecimento do índio na e pela língua.

A análise linguística deveria ser feita para dizer mas não diz. Não diz o discurso do povo que constituiu sua língua. Na linguística é com o conceito de língua imaginária que se opera; uma língua cristalizada na rede do sistema, sem historicidade, que apaga o seu próprio modo de ser e, conseqüentemente, apaga o povo que a fala.

Bibliografia

Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem* (5a edição), São Paulo, Editora Hucitec, 1990.

Baldus, H. *Tapirapé*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1970.

Ducrot, O. "Analyse de textes et linguistique d'énonciation". In: Ducrot et alii, *Les Mots du Discours*, Paris Les Editions de Minuit, 1980.

Leite, Y. et alii. "O papel do aluno na alfabetização de grupos indígenas: a realidade psicológica das descrições linguísticas" *Boletim do Museu Nacional* no 53, 1985.

Melliá, B. *Educação Indígena e Alfabetização*, São Paulo, Loyola, 1979.

Orlandi, E. *Terra à vista*, São Paulo, Cortês Editora, 1990.

Pêcheux, M. *Analyse Automatique du Discours*, Paris, Dunod, 1969.

Silva, A.L. (org.) *A Questão da Educação Indígena*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

Souza, T.C.C. de, e Soares, M.L.F. "Dos Aspectos da Morfofonêmica Tapirapé". Comunicação apresentada no VII Encontro Nacional de Linguística, PUCRJ, 1982.

Souza, T.C.C. de. "Considerações sobre a estrutura discursiva da língua Tapirapé", *O Histórico e o Discursivo*, Série Estudos 12, 1986.